
Dossiê

A VIDA COTIDIANA NA *BELLE ÉPOQUE* DO RIO GRANDE-RS

Andrea Maio Ortigara
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O presente artigo objetiva constituir um panorama sobre como a sociedade rio-grandina se inseriu no mercado cultural e econômico mundial entre os anos 1900 e 1920, refletir sobre o modo como esse período foi vivenciado, e analisar características do cotidiano e dos processos de ajustamentos urbanos. Para tanto, as questões referentes ao cotidiano e ao urbano serão fundamentadas a partir do pensamento de Henri Lefèbvre, que defende a noção de cotidiano como instrumento de conhecimento e de análise da realidade social, dando visibilidade à dinâmica dos processos de mudança na sociedade. Como complemento a essa base teórica, apresentamos os registros pessoais em forma de diário manuscrito e álbuns fotográficos de um sujeito que vivenciou esse período. Assim, procuramos demonstrar uma articulação entre o urbano, o cultural e o cotidiano, a partir das transformações que redefiniram a imagem das cidades e de seus habitantes no período *Belle Époque*.

Palavras-Chave: Cotidiano; Urbano; Modernidade; *Belle Époque*; Rio Grande.

EVERYDAY LIFE IN THE *BELLE ÉPOQUE* OF RIO GRANDE-RS

ABSTRACT

This paper aims to provide an overview of how Rio Grande's society was inserted into the global market in the first two decades of the twentieth century, reflecting about how these period was experienced, and analyze the everyday life and their urban adjustments. Therefore, questions concerning urban everyday life are based upon the thinking of Henri Lefèbvre, who defends the notion of everyday life as an instrument of knowledge and analysis of social reality, giving visibility to the dynamic of the processes of change within society. In addition to this theoretical basis, personal records and photographic albums by a person who witnessed this time in Rio Grande are presented. So, we try to demonstrate the link between urban, cultural and everyday life, from the transformations that redefined the image of cities and their inhabitants during the period *Belle Époque*.

Keywords: Everyday life; Urban; Modernity; *Belle Époque*; Rio Grande.

Introdução

O presente artigo expõe questões referentes à pesquisa de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, na qual buscamos compreender como se dava a vida cotidiana de sujeitos que viveram no

município do Rio Grande no Rio Grande do Sul e vivenciaram uma fase da modernidade, ocorrida nos primeiros anos do século XX, conhecida por *Belle Époque*.

Para tanto, buscamos compreender como as configurações sociais, as dinâmicas de produção e os usos do espaço urbano do Rio Grande e as técnicas que eram novidade naquele período contribuíram para as transformações da paisagem e para a estruturação do cotidiano nos primeiros anos do século XX. Para abordar o cotidiano e o urbano, como instrumento de conhecimento e de análise da realidade social, adotamos como referência a obra de Henri Lefèbvre. Dedicaremos especial atenção ao livro *Critique de la vie quotidienne II – Fondements d’une sociologie de la quotidienneté*, onde o autor desenvolve conceitos e categorias teóricas e de análise que operam como instrumento teórico para uma sociologia do cotidiano. Assim, buscaremos aproximar a crítica à vida cotidiana moderna realizada por Lefebvre de uma análise das vivências urbanas dos sujeitos da *Belle Époque* rio-grandina.

Ressaltamos que a *Belle Époque* impôs um novo modo de viver o cotidiano urbano, enraizado na Europa burguesa, particularmente em Paris. O cenário da *Belle Époque* encontrou nas cidades seu lugar mais expressivo, e nestas, alguns espaços fizeram-se necessários para que os benefícios do progresso pudessem ser plenamente vivenciados pelos sujeitos de posição social privilegiada. Conforme o historiador Hobsbawm, “de meados dos anos de 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade [...]. A afluência, baseada no *boom* econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido como *Belle Époque*” (HOBSBAWM, 2009, p. 73). Assim, a *Belle Époque* pode ser pensada como um processo de transformações e ajustamentos no cotidiano, bem como na autoimagem das cidades e de seus habitantes.

Pelo exposto, neste artigo o espaço será analisado como espaço social, um espaço vivido, em estreita relação com a prática social, não devendo ser compreendido como “um espaço vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFEBVRE, 1976, p. 29). Ademais, o espaço não é um produto da sociedade, assim como também não é “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional” (LEFEBVRE, 1976, p. 30).

O espaço não pode ser considerado ponto de partida ou de chegada, ou seja, não deve ser pensado como espaço absoluto, nem como produto social. Desse modo, trata-se de uma abordagem do espaço na qual este não é apenas um instrumento político, e tampouco se restringe a um campo de ações de indivíduo ou grupo associado aos processos de reprodução da força de trabalho através do consumo. Para Lefebvre (1976, p. 30), o espaço engloba todas

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

as concepções mencionadas e as ultrapassa, portanto, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. E acrescenta:

[...] não se pode dizer que seja [o espaço] um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, pressuposto de toda a produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção. [...] Para compreender esta hipótese deve-se tomar como referência não a produção no sentido restrito dos economistas, – isto é, o processo da produção das coisas e seu consumo –, mas a reprodução das relações de produção. Nesta ampla acepção, o espaço da produção implicaria, portanto, e encerraria em seu seio a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades dentro da sociedade neocapitalista. (LEFEBVRE, 1976, p. 34 – tradução da autora)

O espaço da produção significa, portanto, uma espécie de esquema em um sentido dinâmico comum às atividades diversas, às diferentes formas de trabalho, à cotidianidade, às artes, aos espaços criados por arquitetos e urbanistas. Trata-se, portanto, de uma produção em sentido amplo, ou seja, produto das relações sociais e reprodução de determinadas relações.

Lefebvre atribui ao cotidiano uma significação política relevante, defendendo-o como centro do modo de vida da sociedade moderna. A cotidianidade é uma experiência de vida dos sujeitos modernos, assim, o cotidiano abrange e sintetiza as características de uma existência que é social e individual. Projetos de vida, desejos, necessidades, satisfações e frustrações carregam o cotidiano de significados. Entre fatos aparentemente insignificantes, o cotidiano possui algo de essencial, ordena os fatos da vida e possibilita conhecer a sociedade. Detemo-nos em elementos metodológicos lefebvrianos, destacando a forma dialética com que o autor reflete a cidade e o urbano, bem como os níveis e as dimensões desses fenômenos sociais.

Nesse sentido, o conceito de espaço social foi relevante para o conhecimento da realidade urbana do Rio Grande na *Belle Époque*. Para Lefebvre, o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. A totalidade do espaço se converte no *locus* da reprodução das relações sociais, incluindo o espaço urbano, os espaços de ócio e os espaços da cotidianidade.

A cotidianidade da sociedade rio-grandina na *Belle Époque* foi o nosso principal objeto de reflexão, representado nas diferentes formas dos sujeitos se ajustarem ao espaço urbano, e nos diferentes modos de organizarem o cotidiano. A crítica da vida cotidiana buscou ampliar as possibilidades de apropriação do cotidiano, bem como de seus sentidos e significações como experiência social. Por conseguinte, refletir sobre o cotidiano implicou o estudo das dimensões que o constituem. A esse respeito, Lefebvre identifica na família, no lazer e no trabalho as três dimensões da cotidianidade, que, numa relação dialética, formam

uma totalidade que deve ser apreendida. Assim, buscamos demonstrar as articulações entre o urbano, o cultural e o cotidiano, a partir das transformações que redefiniram a imagem do município do Rio Grande no período *Belle Époque*.

Fundamentos para uma análise do cotidiano em Henri Lefebvre

Neste momento, refletimos sobre o cotidiano como instrumento de conhecimento e de análise da realidade social fundamentado em Henri Lefebvre. Conforme Lefebvre (1958), o moderno inaugura o domínio dos sujeitos sobre a natureza, sobre o mundo e sobre a própria vida. No entanto, esse domínio é alienado, pois os sujeitos encontram-se intensamente vinculados a sua própria dominação e a sua própria vida. É comum que os sujeitos, numa situação de alienação, façam uma representação, nem sempre pertinente, das suas condições de existência e das relações que com estas mantêm.

Em um viés dialético, a modernidade é o lugar das virtualidades dadas como possibilidade de superação da alienação e da própria irracionalidade que cerca os sujeitos e, também, é o lugar da reificação¹. No que diz respeito à questão da reconstrução da vida, a crítica da vida cotidiana proposta por Lefebvre – que é parte da sua crítica da modernidade –, possui significações políticas, porém não doutrinárias ou dogmáticas. Se a reconstrução da vida foi colocada como um problema político, promovendo debates no contexto europeu, a crítica da vida cotidiana de Lefebvre (1958) participava desse debate sob o lema “*Changer la vie*”.

Para tanto, Lefebvre realizou uma profunda crítica ao pensamento marxista oficial, que não considerava a vida cotidiana objeto de reflexão e esfera de implicações políticas transformadoras, e fez também uma intensa análise da sociedade burguesa, em especial na França, onde ocorreram diversas revoluções burguesas. Em relação à crítica ao marxismo oficial, releu os textos de Marx em suas fontes e propôs uma reflexão sobre a teoria da alienação e sobre as raízes do pensamento de Marx a respeito da experiência cotidiana na sociedade moderna (LACOMBE, 2007).

No que se refere à reflexão sobre a sociedade burguesa na França, Lefebvre analisou as obras de Flaubert, Balzac e Baudelaire, evidenciando como e de que forma a cotidianidade constituía uma questão na experiência de vida da sociedade burguesa. Lefebvre retorna à literatura em *A vida cotidiana no mundo moderno*, de 1968, em que analisa o romance

¹ Para a corrente marxista, o conceito de reificação designa uma forma de alienação que caracteriza o modo de produção capitalista, que acarreta a coisificação das relações sociais, em que estas passam a ser realizadas por meio de relações entre objetos de troca.

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

Ulisses, de James Joyce, destacando a relevância do cotidiano na cultura da sociedade moderna, as contradições, os conflitos, os dramas e as significações da cotidianidade. Lefebvre não se propõe desenvolver uma sociologia da crítica da vida cotidiana pela literatura. No entanto, a ficção literária é importante para suas reflexões, pois a literatura possibilita uma apropriação do cotidiano e de seus sentidos em uma situação de alienação.

Lefebvre (1958) destaca em Marx as reflexões que definiriam o pensamento marxista sobre a crítica da vida cotidiana, a partir de cinco pontos temáticos: crítica da individualidade; das mistificações; do dinheiro; das necessidades e do trabalho. Cada uma dessas se desenvolve a partir de um tema central, e todas envolvem a teoria da alienação.

Em Marx, a crítica da individualidade apresenta como eixo central a ideia de consciência privada em oposição à pública. Isso nos permite pensar a ideia de consciência fragmentada, consequência do regime de trabalho social, que possui uma divisão acentuada. Com fundamento em Marx (1983), afirmamos que não existe experiência individual e pessoal que não seja social, porque é antes de tudo experiência humana vivida em sociedade.

A crítica das mistificações decorre da crítica da consciência privada, pois a consciência mistificada é resultado da ausência de ligações sólidas entre o indivíduo e o mundo. As ideologias da vida moderna suportariam mistificações que permeariam a vida cotidiana, configurando-a em um espaço de diversos mitos e adesões mistificadas que compõem o mal-entendido da consciência privada.

Outro ponto do pensamento marxista sobre a crítica da vida cotidiana é a crítica do dinheiro. Conforme Lefebvre, a crítica do dinheiro não é a crítica à riqueza, mas resulta da existência humana como atividade prática. Assim, o dinheiro é uma representação da riqueza, sua forma abstrata e alienada; ele é um dos componentes determinantes da cotidianidade.

Associada ao pensamento anterior, através da crítica da necessidade, afirmamos que é no cotidiano que as necessidades se configuram como experiência concreta, tanto pela escassez, quanto por sua satisfação imediata. Para Lacombe,

Nas condições de existência social modernas, todo o reino da necessidade deve ser – e de fato é – reconicionado pela necessidade de ter no dinheiro o meio necessário para a satisfação de todas as demais necessidades, a própria necessidade e sua percepção se encontram em relação de alienação. Com isso, a vida cotidiana que se torna condicionada por essa abstração, fecha ao ser humano, pensado enquanto ser desejante, a possibilidade de realizar-se e desenvolver-se livre e plenamente pelo cultivo de suas potencialidades (LACOMBE, 2007, p. 9).

Na crítica da necessidade, Lefebvre (1958) coloca o desejo como elemento da necessidade, sendo este elaborado, vivenciado e cultivado. Assim, o desejo, numa sociedade

burguesa, pode ser definido como uma necessidade que não é reconhecida como tal, configurando o luxo e o supérfluo. O modo de produção capitalista estimula a criação de necessidades fictícias, artificiais e imaginárias, não pressupondo a identificação e a satisfação dos desejos reais.

Ao lado da crítica da individualidade, do dinheiro, das necessidades e das mistificações, aparece a crítica do trabalho, que enfoca a alienação do trabalhador. O trabalho é o meio pelo qual, na modernidade, o homem exerce o seu domínio sobre a natureza. Ao ampliar as possibilidades de realização humana, o trabalho amplia também a liberdade dos sujeitos. Conforme a leitura de Lefebvre, a definição marxista de liberdade – concreta e dialética – considera o desenvolvimento do potencial humano, assim a liberdade supõe o aumento do poder humano sobre a natureza, e também sobre a natureza psíquica e biológica dos homens. A crítica ao trabalho não é expressa de maneira precisa, pois o conceito de trabalho não é problematizado. Trata-se, portanto, da crítica da alienação do trabalho nas relações de produção capitalistas.

Em cada momento histórico em que o homem supera necessidades através do trabalho, este amplia sua dominação sobre a natureza, portanto amplia a sua liberdade. Assim, toda liberdade é social; todo indivíduo só é livre na medida em que é partícipe de uma sociedade livre. Por conseguinte, Lefebvre interpreta o pensamento marxista como um pensamento que transpõe ilusões e dissimulações das experiências sociais concretas e revela suas contradições, ao entendê-las como realidades plenas de conflitos e de possibilidades, ou seja, como crítica da vida cotidiana.

No ano de 1961, Lefebvre publicou o livro *Critique de la vie quotidienne II – Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*, em que aprofunda a teoria das necessidades e sistematiza conceitos e categorias teóricas e de análise que operam como instrumento teórico para uma sociologia do cotidiano. Disso decorre a teoria do cotidiano (1961), em que o autor formula categorias específicas do cotidiano, a saber: a concepção de totalidade; a noção de realidade; a alienação; o vivido e o viver; o espontâneo; a noção de ambiguidade; o desafio e a desconfiança; espaço social, tempo social; a práxis; logos, lógica e dialética; lógica e caracterologia, e o campo total. Destas destacamos três categorias: a noção de realidade; o vivido e o viver, e a noção de ambiguidade.

A noção de realidade é uma das mais fetichizadas na sociedade moderna, conforme Lefebvre; é também uma das noções centrais do pensamento do cotidiano. Para elevar a noção de realidade à categoria de análise da sociologia do cotidiano, esta foi abordada por um viés

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

dialético. O real é comumente configurado como o concreto, o existente e o tangível. Entretanto, o real é também suas representações e suas simbolizações, que guardam uma realidade própria relacionada a ele mesmo. É no âmbito das representações e simbolizações, de desejos e necessidades que ocorre o processo dialético da noção de real. Isso porque o real acompanha o virtual que nele está contido, ou seja, o possível que é um devir, ou ainda, um real futuro passível de existir. A dialética entre o real e o virtual pressupõe a dialética entre o presente e a presença, entre o existente e a existência. Portanto, a realidade engloba a virtualidade que é sua negação e expectativa de superação. Concretizar um possível implica uma tomada de decisão, ou seja, escolher, julgar e agir. Assim, o cotidiano é movido pelo ato de decidir.

Relacionada à noção de realidade, está a categoria específica do vivido e do viver. O vivido, como categoria sociológica, é associado às experiências que ocorrem na cotidianidade e implica a decisão, mas não se limita a ela. O vivido, segundo Lefebvre (1961, p. 218), pode ser definido por uma focalização da consciência em uma prática, um centro de densidade e calor. Essa focalização se desloca, mudando de nível com distorções que comportam essa mudança. Assim, a consciência dita pessoal ou individual não é um centro dado, nem uma esfera fechada, e compreende mudanças de nível e aceção nas focalizações que o indivíduo emprega no interior das práticas para as quais a consciência é mobilizada. Por conseguinte, o vivido se realiza constantemente nas tramas das relações pessoais que definem a sua esfera de realidade.

O vivido não se define sem a sua contraparte dialética, o viver. Entre ambos ocorre um movimento dialético que envolve a cotidianidade e a consciência social. O viver diz respeito à ordem da expectativa da experiência, portanto é impregnado de uma experiência possível e concebida. Desse modo, o viver, que é mais amplo que o vivido, se define como virtualidade, enquanto o vivido é o realizado e o presente. Nesse caso, é inevitável a contradição e o conflito entre ambos, posto que o vivido se define na experiência, por vezes dolorosa, da vida como ela é, ao passo que o viver se define na experiência, às vezes carregada do sentimento da frustração, da constatação da vida como ela poderia ser.

O vivido é da ordem do real, do realizado, ao passo que o viver é da ordem do virtual e do possível. Nessa dialética, o vivido é a experiência dramática da vida, o drama de indivíduos acentuado na contradição. Disso decorre a característica dramática de cada elemento da decisão como prática e consciência, envolvendo a experiência do drama da escolha, do julgamento e da ação.

Conforme Lefebvre (1961), a dramatização da decisão implica, socialmente, a teatralização e uma espécie de jogo que recorre a um aparato simbólico e a mecanismos de representação no sentido de amplificar o vivido. Funerais, casamentos, ritualizações, entre outros, seriam exemplos de teatralizações carregadas desses simbolismos que alargam a experiência do vivido. A passagem incessante do vivido ao viver e do viver ao vivido é um aspecto do cotidiano.

A noção de ambiguidade se relaciona com a noção de vivido. A ambiguidade, como Lefebvre a concebe, pode ser definida como um estancamento da decisão no âmbito do vivido, através da “desdramatização” de seu movimento. A ambiguidade enfatiza a banalidade e a superficialidade das interações e experiências sociais, tornando o vivido e o viver dissimulados. O vivido e o viver, no contexto da ambiguidade, se mostram separados.

A ambiguidade se define e se constitui em situações sociais vividas a partir de contradições não percebidas como tais, e é uma situação social em que o indivíduo adota certa indiferença em relação às contradições e conflitos, percebidas como meras diferenças. Na condição de situação social, a ambiguidade nunca é percebida enquanto aquilo que ela é, mas antes, é vivida num movimento entre os polos opostos da situação, porque os sujeitos evitam fazer escolhas. Portanto, a ambiguidade impede o ato da decisão e atenua o drama, porque a escolha está escondida nas atitudes ambíguas dos indivíduos.

De acordo com Lefebvre (1961), se o cotidiano está permeado de ambiguidades, ele se caracteriza por conflitos, contradições e tensões escondidos e dissimulados. Essa situação atribui ao cotidiano uma característica de obscuridade, que pode ser desfeita através do estudo crítico da cotidianidade. O contraponto dialético da ambiguidade é a decisão e a exigência de decisão, de escolha, de julgamento e de ação.

Nesse contexto, resta-nos saber se as épocas e os períodos se reconhecem modernistas ou se os sujeitos vêem a si mesmos como modernos, pois a vida cotidiana como era vivida na sociedade moderna burguesa encontrava-se em constante conflito com os próprios sujeitos que a viviam. A cotidianidade é uma experiência de vida dos sujeitos modernos, assim, o cotidiano é capaz de abranger e sintetizar as características de uma existência que é social e individual. Projetos de vida, desejos, necessidades, satisfações e frustrações carregam o cotidiano de significados.

De acordo com Teixeira Coelho, o termo *moderno*

Designa alguma coisa mostrando-a, mas não a conceituando; [...] aponta para ela, mas não a define; indica-a, sem simbolizá-la. Moderno é, assim, um índice, tipo de signo que veicula uma significação para alguém a partir de uma realidade concreta

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

em situação e na dependência da experiência prévia que esse alguém possa ter tido em situações análogas (TEIXEIRA COELHO, 1990, p. 8).

Já o modernismo é um estilo, conforme Teixeira Coelho é “uma linguagem, um código, um sistema ou um conjunto de signos com suas normas e unidades de significação” (1990, p. 10). Assim, o modernismo é uma visão do mundo.

Lefebvre (1969) definiu o modernismo como a consciência que cada uma das gerações sucessivas teve de si mesma, ou seja, a consciência que as épocas e os períodos tiveram de si mesmos. O autor usou os termos época e período para se referir a um conjunto de pessoas, num dado espaço-tempo, e às relações entre elas estabelecidas.

Considerando o modernismo como representação, este é mais uma fabricação do que propriamente uma ação. A fabricação implica um projeto, fenômenos de consciência ou projeções de si e projetos fantasmiais, certezas e arrogâncias. Assim, o modernismo é um signo produzido por um indivíduo ou grupo de indivíduos, signo de toda uma geração ou apenas de um recorte dela. Se o modernismo é fabricação, a modernidade é a ação. O modernismo é o fato e a modernidade é a reflexão sobre o fato. Já a modernidade é a crítica ou o esboço mais ou menos da crítica, é a autocrítica quando esta existe (LEFEBVRE, 1969).

Conforme o autor, ao abordar o cotidiano se caracteriza a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade e a modernidade. Trata-se de definir a sociedade, suas transformações e perspectivas, apreendendo entre fatos aparentemente insignificantes aquilo que é essencial. Nesse sentido, a cotidianidade é um conceito que conduz ao conhecimento sobre a sociedade (2001).

Ao descrever a cotidianidade moderna, no livro *A vida cotidiana no mundo moderno*, afirma Lefebvre:

o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autorregulação voluntária e planejada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las; encurrala-se o desejo. Isso substituiria as autorregulações espontâneas e cegas do período da concorrência. A cotidianidade se tornaria assim, a curto prazo, o sistema único, o sistema perfeito, dissimulado sob os outros que o pensamento sistemático que a ação estruturante visa. Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como a sua moldura, a modernidade. Se o círculo não consegue fechar-se não é por falta de vontade nem de inteligência estratégica: é porque “alguma coisa” de irredutível se opõe (LEFEBVRE, 1991, p. 82).

A cotidianidade da sociedade rio-grandina na *Belle Époque* é o nosso principal objeto de reflexão, representado nas diferentes formas de os sujeitos se ajustarem ao espaço urbano, e nos diferentes modos de organizarem o cotidiano, através de suas práticas identificadas nas

dimensões da família, do lazer e do trabalho. A crítica da vida cotidiana busca ampliar as possibilidades de apropriação do cotidiano, bem como de seus sentidos e significações como experiência social. Por conseguinte, refletir sobre o cotidiano implica explorá-lo por meio das dimensões que o constituem.

A esse respeito, Lefebvre (1958) identifica na família, no lazer e no trabalho as três dimensões da cotidianidade, que, numa relação dialética, formam uma unidade, ou seja, uma totalidade que deve ser apreendida. Ademais, a narrativa ilustra o conceito de cotidiano em Lefebvre, ao configurá-lo como espaço social e lugar da experiência do jogo – trama que envolve as pessoas que atuam no cotidiano – e ao envolver as disposições cotidianas corporais e cognitivas na prática social.

Refletir o cotidiano em suas três dimensões é entendê-lo como uma esfera da vida social plena de conflitos. O pensamento de que a realização humana e a integração social ocorrem através do trabalho é contraposto ao contexto concreto do modo de vida moderno, em que projetos, aspirações e desejos dos sujeitos envolvem essas dimensões. Assim, o social como princípio da existência humana se concretiza, também, no lazer e na vida familiar.

A cotidianidade na *Belle Époque* do Rio Grande através do diário pessoal e dos álbuns fotográficos do Sr. Ruffier

A partir deste momento, tomaremos como fonte de estudo para compreensão da vida cotidiana burguesa da *Belle Époque* do Rio Grande o diário, intitulado “A família que Deus me deu”, e os álbuns de família do Sr. Jorge Ruffier, onde através da escrita e da fotografia registrou sua história de vida. No diário constam indicações das fotografias que correspondem aos acontecimentos narrados, e junto às fotografias há anotações adicionais referentes às imagens. O tempo verbal em que os fatos são narrados é predominantemente o pretérito imperfeito, o que denota distanciamento temporal, entretanto há registros datados mais proximamente, ou até imediatamente aos fatos. Conforme Armando Silva (2008), há três elementos fundamentais na existência do álbum de família: um sujeito – a família; um objeto que torna possível mostrá-la visualmente – a fotografia; e uma maneira de arquivar essas imagens – o álbum de fotografias. Assim, quando a fotografia passa a compor o álbum de família, esta se transforma em rito. Tal processo começa com a produção do álbum – a seleção e disposição das fotos –, e prossegue com a leitura e interpretação das imagens.

O Sr. Jorge Ruffier nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1885, filho de mãe belga e pai francês. Registrado no consulado francês daquela cidade, obteve o *status* de cidadão francês, e

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

antes de completar um ano de idade mudou-se com os pais, indo morar em Bruxelas, na Bélgica. Quando tinha cinco anos, a família Ruffier mudou-se novamente, indo morar nos arredores de Paris. Quando completou sete anos, seus pais o colocaram no internato Institut Saint-Berthuin, em Malonne, na Bélgica. Em 1900, ainda na Bélgica, mas desta vez em Bruxelas, seu pai o matriculou em uma escola municipal, onde adquiriu as noções necessárias para desempenhar a profissão de mecânico-eletricista, profissão esta que mais tarde o trouxe para o Rio Grande. Em maio de 1903, embarcou em uma viagem de mudança para o Brasil, juntamente com sua mãe e seus irmãos. No Rio de Janeiro desempenhou diversos ofícios, até que em 1910 foi contratado para prestar serviços à Cie. Française du Port de Rio Grande do Sul.

Neste estudo, não nos limitaremos à análise das imagens e dos escritos do diário, mas também os utilizaremos para refletir acerca da crítica da vida cotidiana. Nesse sentido, propomos um procedimento metodológico no qual partimos de realidades concretas, de seres humanos reais, ou seja, com referência no método lefêbvriano, partimos do vivido, das experiências cotidianas e as tornamos essência das reflexões teóricas. A abordagem do cotidiano, nesta pesquisa, busca alargar as possibilidades de compreensão deste modo de vida, de seus sentidos e de suas significações enquanto experiência social vivida por um determinado grupo de sujeitos – os cidadãos que experimentaram as vivências do que determinou o período da *Belle Époque* no Rio Grande.

Se entendermos como matriz dessa experiência identitária a memória local constituída nos arquivos escritos e fotográficos do Sr. Ruffier, podemos pensá-la como metamemória, conceito elaborado por Joel Candau (2011) para explicar como opera a noção de memória coletiva nos sujeitos. Para o antropólogo, a representação que fazemos de nossas lembranças está associada à nossa inserção em um contexto social a partir do qual construímos nossa identidade.

Nesse sentido, a memória e a identidade narrativa nos colocam diante das diversas temporalidades que se superpõem no cenário urbano e as formas memoriais que delas emergem. Ainda, memória e identidade são indissociáveis. A memória nos modela, e é também, por nós, modelada. Isso sintetiza a dialética da memória e da identidade, que se conjugam e se apóiam mutuamente, para produzir uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa. Podemos dizer que o desejo de preservação da memória concretizado no diário e no acervo fotográfico do Sr. Ruffier assegura o sentimento de continuidade pessoal e social.

Considerando que toda produção, incluindo a reflexão, é resultado de uma coletividade e não apenas de um sujeito, então a consciência que o sujeito possui de uma época seria a consciência dessa época. Desse modo, o recurso metodológico adotado neste artigo apreende em análise as imagens e os escritos que compõem a narrativa desse sujeito urbano do Rio Grande. A partir dos arquivos do Sr. Ruffier, buscamos reconhecer as dimensões narradas do personagem, procurando encontrar seus pontos de articulação no espaço da cidade e da vida cotidiana.

As memórias apresentam significações dignas de serem desveladas, pois envolvem um processo de construção e reconstrução de experiências vividas, e neste estudo contribuem para um melhor entendimento da interação dos sujeitos com o cotidiano e o urbano. Maurice Halbwachs (1990) afirma que os lugares da memória apresentam um poder – fixo em pedras, monumentos e construções arquitetônicas – capaz tanto de impor a representação de um grupo sobre outros, quanto de abrir espaço para que grupos oprimidos fortaleçam as suas identidades na recuperação e ressignificação de vestígios da memória.

Ao refletimos sobre a incompletude da memória, compreendemo-la como fugidia. Sob esse enfoque, Habermas (2000) diz que é na linguagem que se promovem as características transcendentais do mundo da vida, as quais garantem o devir das tradições e a integração dos grupos, bem como as normas e valores socializados pelas gerações que se sucedem.

Assim, buscamos nos escritos reunidos no diário do Sr. Ruffier e no acervo fotográfico a linguagem necessária à reconstrução e apresentação da memória, a partir daquilo que o narrador lembra, seleciona e apresenta dos seus arquivos conservados. Portanto, investigamos como no cotidiano a memória interage para formar a identidade dos sujeitos na vivência das formas sociais. É, assim, possível afirmar que levamos em consideração a memória do cotidiano ao recuperar narrativas e imagens de uma dada realidade representada em dispositivos de visibilidade como os álbuns de família e o diário. Ainda, utilizaremos as imagens do acervo fotográfico do Sr. Ruffier, com o objetivo de reunir um conjunto de reflexões que opere como fundamentação teórica e instrumental analítico das questões acerca do cotidiano e do urbano no Rio Grande da *Belle Époque*.

Com o objetivo de compreender o que ocorria na história do Rio Grande, neste momento apresentamos um breve panorama sobre a inserção da sociedade rio-grandina no mercado mundial entre os anos 1900 e 1920². Posteriormente, refletiremos sobre o modo

² Ao contrário do que ocorreu na França, a *Belle Époque* no Brasil ocorreu durante o período da Primeira Guerra Mundial. No entanto, não há consenso entre os pesquisadores a respeito do tempo de duração desse período no

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

como esse período foi vivenciado, através da análise do cotidiano. Para tanto, as questões referentes ao cotidiano são fundamentadas em Henri Lefebvre, que analisa o movimento do real constituído na industrialização-urbanização e aborda o urbano como uma mudança qualitativa desse processo, conduzindo o cotidiano ao primeiro plano.

Desse modo, o pensamento lefebvriano revela o urbano de natureza dialética (da forma e do conteúdo), incluindo-o no movimento da história humana e de suas possibilidades. Nesse contexto, para o autor, o urbano não se define apenas através de conteúdos, mas como forma urbana (mentalmente, a simultaneidade; socialmente, o encontro, a reunião). Portanto, daremos visibilidade à dinâmica dos processos de mudança no cotidiano da sociedade burguesa do Rio Grande nos primeiros anos de 1900. Nesse sentido, nos reportamos à crítica da modernidade em Lefebvre (1958), que se refere às irracionalidades do moderno diante da alienação cotidiana perpassando toda a sociedade.

A convicção na prosperidade, no progresso material e na possibilidade de solucionar os problemas sociais por meio da técnica consagrou as ideias liberais que caracterizaram o final do século XIX e início do século XX. Os efeitos da revolução técnico-científica apontavam para uma mundialização cultural e social por meio das tecnologias que reconfiguravam o ritmo da vida cotidiana. Assim, por intermédio do mundo prático sensível das tecnologias, a qualidade de vida cultural, social e econômica mudou significativamente.

O término do Segundo Reinado e as décadas iniciais do período republicano no Brasil constituíram este cenário. Assim, formaram-se os alicerces para que a sociedade rio-grandina vivenciasse o cotidiano da *Belle Époque*.

Conforme Ana Maria Daou, a *Belle Époque* no Brasil expressou a euforia e o triunfo da sociedade burguesa, “no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnológicas, se ampliaram as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia vastas áreas do globo antes isoladas” (DAOU, 2004, p. 7). Assim, pode-se dizer que a *Belle Époque* foi produto do progresso que o Rio Grande vinha vivenciando. Podemos afirmar que a cidade conquistou lugar nas transformações que ampliavam, de modo significativo, as áreas do planeta sob a influência e o domínio das economias industriais, e das crenças e valores a estas correspondentes.

A presença de bens industriais de consumo europeus e americanos no cotidiano de sociedades geograficamente distanciadas dos centros de produção foi privilegiada pelos

país. Para Sevcenko (1998), a *Belle Époque* brasileira iniciou-se em 1900 e estendeu-se por duas décadas, ou seja, até a década de 1920, entrando em decadência ao mesmo tempo em que o regime republicano declinava. Já para Bittencourt (2007), o referido período ocorreu entre os decênios de 1890 e 1920.

valores tributários do credo liberal que encontravam adeptos e vieram a formar as bases da aceitação para que as expansões européias e americana encontrassem ambiente particularmente favorável. Essa entrada triunfal teve expressão particular no Brasil, num momento em que se atrelavam às transformações advindas da dinâmica da sociedade liberal em expansão o projeto republicano – que no Brasil, expressará a redenção da situação colonial e a consoante implantação de uma nova ordem de progresso (DAOU, 2004).

O momento inicial do período republicano foi uma fase eufórica para os beneficiados pelo novo regime. Durante esses anos aumentaram as exportações para as nações combatentes na Primeira Guerra Mundial e desenvolveram-se novas indústrias para substituir parte do que até então se importava, situação esta fortemente observada no Rio Grande. Nesse mesmo período, as relações do Brasil com a Inglaterra e a França – nações industrializadas – se intensificaram. Essa aproximação foi fundamental para a adoção de novos modos de vida cotidiana no Brasil. Desse modo, o padrão lusitano do período colonial perdia sua soberania, e as elites brasileiras, e particularmente a rio-grandina, acolhiam a cultura burguesa europeia para legitimar as suas aspirações de superioridade social.

De acordo com o sociólogo Gilberto Freyre,

tudo que era português foi ficando “mau gosto”; tudo que era francês ou inglês ou italiano ou alemão foi ficando “bom gosto”. Grandes cargas de panos, móveis, louças, artigos de luxo franceses, inundaram os portos do Brasil, logo que a França pôde competir com a Grã-Bretanha na conquista do mercado brasileiro. O brasileiro, mal saído das sombras do sistema patriarcal e da indústria caseira, deixou-se estontear da maneira mais completa pelos brilhos, às vezes falsos, de tudo que era artigo de fábrica vindo da Europa (FREYRE, 1977, p. 336).

Em lugar das velhas necessidades cotidianas, supridas por produtos nacionais, surgiram novas demandas, atendidas por produtos de países longínquos e de climas diversos. A antiga autossuficiência e o isolamento local e nacional cedem espaço a um intercâmbio e dependência entre nações de modo generalizado. Conforme Marx, “produção, distribuição, troca, consumo, formam assim, um silogismo correto: produção é a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade expressa pela conclusão” (MARX, 1973, p. 7).

O efeito globalizante dessa revolução científico-tecnológica tornou-se real, e as novas condições da economia globalizada e seus princípios de racionalidade técnica permitiram que no início de 1900 o Rio Grande vivenciasse um momento de modernização e o surgimento de uma elite com pensamentos cosmopolitas. Tal fato expressa uma transformação social que implicou a passagem de uma sociedade ruralizada para uma sociedade mais cidadina.

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

O crescente desenvolvimento das cidades consolidou a hierarquia das relações sociais através da oposição entre o arcaísmo brasileiro e os valores europeus burgueses, e as realidades associadas às transformações do estilo de vida na sociedade, constituindo espaço para novas sociabilidades. O propósito da “europeização” era instruir ao modo e aos comportamentos burgueses, adotando os valores individualistas oriundos do capitalismo, numa sociedade ainda dependente e pouco burguesa em relação às europeias.

Conforme Freyre, nesse período houve a incorporação de inúmeras palavras de origem estrangeira, tanto pelo efeito cultural, como por necessidade da adoção e criação de termos e expressões para nomear os novos recursos, artigos, situações e equipamentos oriundos das mudanças cotidianas. Podemos citar exemplos – alguns inclusive adaptados à grafia em português: madame, clichê, bombom, marrom, crayon, detalhe, pastel, bebê, puré, festival, envelope, mignon, marquise, omelete, suíte, crèche, entre outras (FREYRE, 1974 apud SEVCENKO, 1998, p. 651). Ressalta-se que não eram apenas os objetos que preocupavam as novas burguesias, mas o uso que estes poderiam ter dentro do cenário burguês vivido.

Esses hábitos e virtudes tornavam-se a essência da chegada da modernidade ao Brasil, e de modo semelhante, ao Rio Grande, decorrente da troca de mercadorias, que, por sua vez, repercutia sobre as modificações das estruturas de sociabilidade vivenciadas cotidianamente. O processo de importação de estilo de vida europeu trouxe uma modernidade de característica tradicionalista, metamorfoseando esta em algo distinto das ideias originais.

Esse processo motivou Freyre a uma investigação do cotidiano social do século XIX, e o fez afirmar que a modernidade brasileira conservava a essência da nossa tradição. Para o sociólogo, a europeização e o aburguesamento da sociedade, impulsionados por ideias originadas em uma realidade social distinta, chegavam distorcidos, tornando-se por isso singulares, uma vez que ainda não havia aqui nem uma urbanização clássica, nem um grupo social efetivamente burguês, posto que o Brasil iniciava seu processo de urbanização e ainda possuía resquícios do escravismo.

A afirmação de Freyre a respeito de não haver no Brasil uma urbanização clássica pode ser ilustrada na imagem abaixo (figura 1), que mostra a Rua 24 de Maio, em Rio Grande, com o prédio do Asylo de Pobres à esquerda, tendo em frente um terreno baldio com animais pastando e poças de água. A fotografia foi feita do segundo andar da residência do Sr. Ruffier, no ano de 1912. Esta imagem pode ser analisada como uma representação de duas temporalidades diferentes que se sobrepõem no cenário da cidade e que expressam um período histórico urbano e outro anterior.

Figura 1 – Vista da Rua 24 de Maio – 1912



Fonte: Acervo pessoal

No entanto, no decorrer as transformações urbanas advindas do processo de desenvolvimento do Rio Grande, alguns anos mais tarde aquele terreno baldio foi transformado em uma praça pública. Na fotografia abaixo (figura 2), vemos que esta praça, chamada Montevideú, era utilizada para momentos de lazer das crianças da família Ruffier que residiam em frente.

Figura 2 – Crianças da família Ruffier na Praça Montevideú - sem data



Fonte: Acervo pessoal

Afirmamos que as populações urbanas brasileiras do início do século XX procuravam parecer europeias – fato que pode ser caracterizado como uma ambiguidade da vida cotidiana. Assim, a cidade é o local onde melhor se realiza a padronização dos comportamentos,

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

portanto é também na cidade que serão mais bem observados os desencontros entre o pensar e o viver. Corroborando a afirmação anterior, citamos Bittencourt:

na intimidade das casas havia uma acentuada continuidade da cultura tradicional luso-brasileira; fora dela, impunha-se uma fantasia europeizante deslocada, alienadora, grandemente alicerçada em modelos culturais franco-ingleses. As populações urbanas das cidades brasileiras da segunda metade do Novecentos procuravam parecer o mais européias possível. E aqui se faz importante a noção de que a cidade é, justamente, o local onde melhor se realiza a padronização dos comportamentos (BITTENCOURT, 2007, p. 40).

A vida cotidiana como ela era de fato vivida na sociedade burguesa, caracterizava-se por um estado permanente de conflito com os sujeitos que a viviam. Disso decorriam os desencontros que marcavam as diferenças entre o pensar e o viver, o conceber e o agir. Nesse sentido, para Lefebvre, é em Marx que temos os elos que ligam o pensamento à ação, às ideias e à experiência do vivido (1958). O autor defende que a crítica da vida cotidiana possui como tarefa intelectual e política alargar as possibilidades de apropriação do cotidiano, de seus sentidos e de suas significações vividas na experiência social. Conforme Lacombe,

se há contradição entre a consciência e a vida cotidiana na qual ela se forma, o método da reflexão de Marx consistia justamente em encontrar o elo de ligação entre o que os homens são e o que eles pensam ser, entre o que eles pensam, querem e desejam e o que eles vivem e são de fato (LACOMBE, 2007, p. 151).

Consideramos que a perspectiva de Lefebvre sobre o cotidiano pode ser aproximada das experiências de vida da sociedade rio-grandina da *Belle Époque*, em sua estrutura, modo de funcionamento e dilemas. O modo como a elite rio-grandina viveu o período *Belle Époque* aponta para características culturais semelhantes a um contexto mais amplo. O cotidiano privado não apresentou mudanças significativas, mas o público revelou transformações profundas. A rua eram os cafés, os restaurantes, os teatros, os cinemas, e também os escritórios, as bancas de advogados, os clubes e os centros políticos.

Desse modo, se as famílias queriam progredir, era imprescindível que o seu chefe cultivasse relações sociais, e progredir era o objetivo da nova classe média, composta por profissionais liberais. Assim, o crescimento da sociedade de consumo, a maior ênfase no lazer e os problemas da vida familiar eram elementos tão importantes quanto os dilemas do mundo do trabalho. Se a tecnicidade adentrava o cotidiano de modo intenso, esta não se limitava à fábrica ou ao escritório, mas compunha a cotidianidade familiar e os lazeres. A tecnicidade tornou-se um elemento relevante na cotidianidade do pós-guerra.

No Rio Grande, a burguesia cidadina, que estava comprometida com o comércio marítimo – intimamente vinculado às atividades portuárias, a exemplo das principais cidades latino-americanas do século XIX –, viveu uma ascensão econômica e social, constituindo,

assim, um estilo de vida europeizado nas relações sociais e na fisionomia urbana. Limonad (2003) destaca que o cotidiano, para Lefebvre, integraria o que é chamado de ordem próxima, na medida em que a vida cotidiana se traduz na vida de todos os sujeitos, já que ninguém pode desligar-se por inteiro da cotidianidade e não há quem viva exclusivamente na cotidianidade.

Em decorrência do contexto econômico mundial, o Rio Grande, entre o final do século XIX e início do século XX, viveu um significativo desenvolvimento industrial. De acordo com Martins,

nesse período seriam realizadas as principais obras de infra-estrutura, como redes de esgoto, melhoria no abastecimento de água, transportes, comunicações e tudo o que havia de melhor disponível à época. A situação de cidade portuária e industrial a beneficiava, numa economia nacional ainda não integrada e que, assim sendo, a favorecia (MARTINS, 2006, p. 225).

Figura 3 – Canaleta da Rua Major Carlos Pinto, ainda em construção – 1926



Fonte: acervo pessoal

O cotidiano urbano do Rio Grande passou por transformações oriundas do processo de industrialização. Assim, despontou a necessidade de ajustar o espaço físico da cidade à nova realidade. A população do município cresceu e diversificou-se, multiplicaram-se as suas atividades em diferentes setores produtivos, modificou-se o espaço urbano e foram alterados os tradicionais costumes e as formas de pensar dos sujeitos cidadãos. Conforme Lefebvre (1986, p. 159), o urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma.

Como repercussão dos processos de urbanização e industrialização, ampliaram-se as possibilidades de lazer e cultura, aumentando o número de teatros, cafés, bilhares, cabarés, bibliotecas, sociedades musicais e dramáticas, clubes, jornais, entre outros. Rio Grande passou a ter diversas casas de comércio por atacado e para vendas a varejo. As ruas, os cafés e os bairros ficaram cheios de pessoas que prosperavam nas mais diversas atividades. Pelo exposto, o cotidiano pode ser aqui analisado através da dimensão de lazer, posto que a

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

cotidianidade da sociedade rio-grandina é representada em diferentes formas com que os sujeitos se adequaram ao espaço urbano, bem como os modos de viverem o cotidiano, em práticas identificadas no lazer.

Podemos ainda citar a Praça Tamandaré, situada no centro da cidade, um grande parque que possuía iluminação e grades, um excelente projeto de arborização e jardins, além de passeios, monumentos, chafariz metálico, quiosques e um coreto. Havia, ainda, um catavento que bombeava a água para dentro dos lagos com pequenas ilhas, pontes e canais artificiais, por onde circulavam pequenos barcos, como mostram as imagens abaixo de cartões-postais que faziam parte dos arquivos do Sr. Ruffier (figuras 4 e 5).

Figura 4 – Passeio de barco na Praça Tamandaré.



Fonte: Acervo pessoal, sem data. / Praça Tamandaré, vista paralela à Rua General Neto – sem data. Fonte: Acervo pessoal

Figura 5 – Família Ruffier passeando na Praça Tamandaré – sem data



Fonte: Acervo pessoal

A construção da Praça Tamandaré seguiu um modelo europeu burguês, pois expressava o resultado de uma busca pelo progresso, ao mesmo tempo em que se inseria no contexto de modernização e higienização da cidade. A sociedade rio-grandina foi impulsionada a desfrutar do espaço público, como forma de lazer, “circulando em uma atmosfera saudável e forjando, assim, novas práticas urbanas adequadas aos novos tempos” (BITTENCOURT, 2007, p. 81).

A integração da sociedade com a urbe foi favorecida pelos processos de embelezamento e higienização da cidade, reforçando as experiências sociais na rua. Assim, as ruas centrais do município, que antes recebiam as manifestações populares, tiveram suas funções redimensionadas, pois passaram a caracterizar-se como um espaço de consumo e trabalho. Desse modo, os excluídos socialmente, a exemplo de pobres e prostitutas, eram malvistas nesses locais e não faziam parte desse contexto.

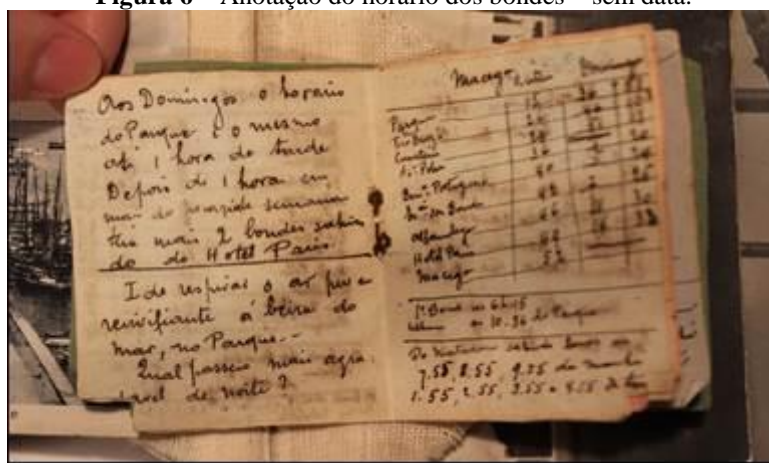
Destaca-se a importância da instalação de iluminação nas ruas no ano de 1848, e a melhoria do serviço ao longo dos anos seguintes. Assim, as ruas se tornaram mais seguras, intensificando a vida social noturna em clubes, cinemas, cafés, teatros, etc. Outros modos de socialização e lazer ao ar livre eram os piqueniques familiares nos arredores da cidade aos finais de semana, em locais como o Parque Rio-Grandense e o Bosque, áreas que possuíam matas de eucaliptos e dunas. A sociedade rio-grandina usufruía dos bondes para chegar a esses locais – os economicamente privilegiados utilizavam *cabriolets*, *tilburys*, *sièges*, que eram importados, ou fabricados em Rio Grande ou em Pelotas, e anos mais tarde passaram a fazer uso do automóvel. Nesse contexto de sociabilidades ao ar livre, podemos citar a

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

inauguração, em 1922, do Hipódromo Independência do Jockey Club do Rio Grande. Na imagem abaixo (figura 6) vemos uma anotação do Sr. Ruffier sobre os horários do bonde até o Parque aos domingos, e a seguinte sugestão: “Ide respirar o ar puro revivificante à beira do mar no Parque. Qual passeio mais agradável de noite?”. E no seu diário anotou:

Procurei, também, promover mais interesse dos moradores para o “Parque”, ponto terminal ou fim de linha de um dos circuitos. Tinha um bonito jardim arborizado no qual estava construída uma casa que aproveitei para instalar nela um restaurante. (não paginado)

Figura 6 – Anotação do horário dos bondes – sem data.



Fonte: Acervo pessoal.

A imagem abaixo (figura 7) mostra a retirada de um poste no centro do Rio Grande, com o objetivo de tornar a rua mais ampla. No verso da fotografia, o Sr. Ruffier fez a seguinte descrição: “serviço de remoção de um poste para alargamento do passeio à Rua Marechal Floriano esquina Andrade Neves”. Assim, constatamos um exemplo de melhoramento da circulação através da ampliação da rua, com vistas a atender as necessidades de um novo modo de vida que caracterizava o cotidiano da época.

Rio Grande, como cidade portuária, esteve permanentemente aberta a intercâmbios nacionais e internacionais, sob a influência de uma diversidade de gostos e de costumes, em consequência da troca de experiências com outros centros urbanos. Tal fato pode ser constatado quando se disseminou o gosto por saraus literários e musicais, nos salões residenciais de famílias abastadas. Nessas ocasiões, encenavam-se quadros dramáticos de curta duração, recitavam-se poemas, os estudantes de música exibiam suas habilidades no canto e nos instrumentos. Esses ambientes abrigavam discussões sobre política, teatro, literatura, ou apenas as pessoas divertiam-se jogando cartas.

Figura 7 – Ampliação da rua Marechal Floriano esquina Rua Andrade Neves – 1911.



Fonte: Acervo pessoal

Por efeito, o salão de festas adquiriu uma importância simbólica no cotidiano dos sujeitos, era um indicativo de classe, possuir um salão representava mundanidade e sociabilidade, duas características burguesas. Nas palavras de Jurgen Habermas, “a sala de visitas não serve para a casa, mas sim à ‘sociedade’; e essa sociedade da sala de visitas está bem longe de coincidir, em seu significado, com o círculo restrito e rigorosamente fechado dos amigos da casa” (1985, p. 228). Nessa peça da casa, onde ocorriam reuniões, dava-se o alargamento do universo social da família, conforme podemos perceber no relato do Sr. Ruffier:

A noite do mesmo dia (14 de maio de 1911) havia uma reunião na casa do Dr. Duprat, o médico que a Cie. havia contratado para a assistência médica de todo o pessoal. Era um médico de descendência francesa muito competente e, sobretudo, muito consciencioso. A reunião se realizava em honra ao chefe da casa que fazia anos no mesmo dia. Ali encontrei a senhora Gertie Lawson que muito insistiu para que eu fosse visitá-la. As filhas do Dr. Duprat, Aline, Lyuba, Ailza, assim como o filho Augusto Luiz, me lembravam as famílias européias. Fizemos um pouco de música e cantei uns *lieds* que conhecíamos em casa. Eduardo Rheingantz trocou a sua pianola por uma *orchestrelle*, para maior proveito dos seus amigos apreciadores de boa música.

[...]

No dia 11 de julho (1912) a família Parmentier veio ao Rio Grande e fomos visitar os amigos da cidade a fim de apresentar a minha noiva. Em 15 de agosto tiramos o nosso retrato na casa Giovanini na rua Mal. Floriano. Entre nossos amigos do Rio Grande estava o Bispo Kinsolving da Igreja Episcopal da comunhão anglicana. Muitas vezes tivemos boas reuniões em sua casa ao lado da Igreja, pois ele e a senhora eram amantes da boa música. A respeito de música, tive nessa época a satisfação de receber em casa o Dr. Antonio Azambuja, diretor da Comissão da Barra (fiscalização federal das obras da Cie. Francesa) que tocava comigo a quatro mãos até altas horas da noite. Para esse fim ainda tinha muitas músicas que mandei vir do Rio. (não paginado)

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

As relações em sociedade potencializaram-se com a urbanização, favorecendo um espírito de associação que é a base do surgimento dos clubes e das sociedades bailantes. Nesse caso, tanto o encontro como a diversão públicos podem ser entendidos como um prolongamento da vida e do lazer domésticos. Para Lefebvre, o lazer é uma necessidade real de sonho, de fruição criativa, de apropriação da vida, de aventura, ou seja, de realização da condição humana. Assim, os produtos da indústria cultural – tais como o teatro e o cinema – são expressões das necessidades cotidianas, propícias para o estudo da cotidianidade (LEFEBVRE, 1958).

Podemos afirmar que os processos de industrialização e modernização do Rio Grande intensificaram esse fenômeno, fazendo com que a convivência social fora de casa se transformasse em um hábito urbano comum às famílias. Por conseguinte, a sociedade rio-grandina, a partir de meados do século XIX, passou a se organizar em associações recreativas, artísticas, culturais, esportivas, carnavalescas, classistas, políticas, filosóficas, filantrópicas, entre outras. Seus frequentadores estavam ali, também, para ver e serem vistos.

Destaca-se que, de modo semelhante, o teatro também era um lugar de exibição deste outro modo de viver em sociedade, era o local de mostrar uma peça de roupa vinda da Europa, ou uma joia fina. Exibir era palavra de ordem, *locus* para isso não faltava: poderia ser no passeio de coche, em casamentos e batizados, na saída das missas, no Jockey Club, no balneário – que passava a compor a lista de modismos da época.

A sintonia com a moda europeia era evidente nas vestimentas dos sujeitos que viviam esse delírio europeizante (figuras 8). De acordo com Bittencourt, não faltavam

estolas e casacos de pele, roupas de seda, jóias, chapéus, luvas, leques, perfumes e muito “pó de arroz”. Para os homens, roupas cintadas, casacas e sobrecasacas escuras, peitos e colarinhos de porcelana, chapéus coco, risca nas calças, bengalas com aplicações em prata, bigodes bem feitos, e relógios de bolso (BITTENCOURT, 2007, p. 168).

Podemos aproximar este delírio europeizante da ideia de jogo social que incita as dissimulações, as máscaras e os papéis sociais vividos pelos sujeitos da *Belle Époque*. Assim, o cotidiano é o lugar do jogo marcado pela ambiguidade. As imagens abaixo podem ser aproximadas, também, da noção de realidade proposta por Lefebvre. Para o autor, o real é o concreto e o existente, mas também suas representações e suas simbolizações; é no contexto destas, dos desejos e das necessidades, que se constitui esse movimento dialético da realidade.

No livro *Critique de la vie quotidienne II*, Lefebvre analisou revistas femininas, para sustentar a importância do feminino e da condição de gênero na sociologia do cotidiano,

porque entendia que as revistas condensavam a realidade cotidiana e suas necessidades. A mulher, para o autor, é o centro de um modo de vida, portanto representa o cotidiano com suas contradições e conflitos. Ao analisar a condição feminina e sua ambiguidade, o autor percebe a própria ambiguidade como categoria específica do cotidiano. Apesar de a mulher se configurar como um ser social que condensa a ambiguidade, essa categoria específica ultrapassa os limites da condição feminina, ou seja, a ambiguidade feminina revela uma outra ambiguidade, a do cotidiano.

Figura 8 – Homens da família Ruffier – 1903; Mulheres reunidas na casa da Sr^a. Bilá Duprat – década de 1910.



Fonte: Acervo pessoal.

Voltando à urbanização sob a influência da modernização e alicerçada em modelos franceses, discorreremos sobre o projeto da Vila Sequeira, o qual foi idealizado para as vivências do lazer ao ar livre. Em meados dos anos 1900, famílias de aristocratas e burgueses franceses passaram a se reunir em estações balneárias que se proliferavam no litoral francês. Aqui no Rio Grande, no fim do século XIX, foi inaugurada a Vila Sequeira, sob a influência dos balneários europeus, entre os quais podemos destacar Biarritz, Dieppe e Deauville.

O balneário Vila Sequeira foi a primeira estância de banhos do Rio Grande do Sul, construído junto ao Oceano Atlântico, a 23 quilômetros da cidade do Rio Grande. Sobre o transporte para o balneário (figura 9), o Sr. Ruffier mencionou em seu diário no ano de 1923: “fala-se em fazer uma estrada de rodagem Rio Grande-Cassino. Até agora somente existia a

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

estrada de ferro, como condução possível. Um ou outro tentava fazer o percurso de carro. Também, autos na praia eram raros como na fotografia onde se vêem três Fordinhos”.

Figura 9 – Praia do Cassino – 1923.



Fonte: Acervo pessoal.

Sobre a Vila Sequeira, Sr. Ruffier registrou:

logo no começo da urbanização da Vila Sequeira e por iniciativa do Visconde Pinto da Rocha, os moradores construíram a capela primitiva, na quadra frente àquela onde morava o Visconde, uma bonita residência tipo colonial, e onde Bilá (filha do Dr. Duprat) tem lembrança de ter comido muitas frutas da chácara. A família Meirelles Leite vendeu esta propriedade ao Dr. Pedro Luiz Osório, que em 1924 estava morando lá com a família. Ao lado da capela o Dr. Fernando Luiz Osório, irmão do primeiro, construiu uma vivenda de estilo normando. Aconteceu que, em 1923, enquanto veraneava um filho dele caiu doente gravemente, e chegou a ficar desenganado pelos médicos. O pai, então fez uma promessa de, no caso de sarar o menino, custear um aumento da capela, já insuficiente para o público. Ficando curado o filho, ele cumpriu a promessa e o aumento foi inaugurado a 10 de fevereiro de 1924, pelo Bispo de Pelotas, D. Joaquim Ferreira de Mello (não paginado).

Colaboraram para o sucesso da Vila Sequeira as qualidades terapêuticas da água salina e o clima ameno da praia, que fizeram do local um importante atrativo. Por muitos anos, o banho de mar era considerado um indicativo médico para o bem-estar físico. Em um município no qual a insalubridade, ligada à indústria e ao clima úmido, apresentava altos índices de doenças infecto-contagiosas, nada mais recomendáveis do que a busca por novos ares. Sobre os banhos de mar, o Sr. Ruffier comentou:

no final de 1915, aproximando-se o tempo das férias, resolvi alugar uma casa no Cassino a fim de fazer aproveitar ao nosso Mauricio – filho primogênito – os benefícios dos banhos de mar. Por 800\$000 mais 75\$000 para água e luz arranjam os uma das casinhas do grupo do quadro frente ao hotel Atlântico pertencente à família Faveret (não paginado).

Figura 10 – Família Ruffier na Praia do Cassino – 1920



Fonte: Acervo pessoal

Pelo exposto, pode-se afirmar que a sociedade rio-grandina do início do século XX apresentava estreitas relações entre o fenômeno urbano e o cotidiano, contexto que demandou uma nova configuração do espaço urbano do Rio Grande. Conforme Lefebvre, a produção espacial é resultado de produção social; o espaço social, portanto, é resultado de relações de coexistência e simultaneidade, de ordem e desordem.

Afirmamos que a *Belle Époque* representou uma época assinalada por transformações da vida cotidiana, motivadas pelo progresso tecnológico do país. Fato que implicou o crescimento das redes comerciais, que foram assimiladas pela economia global. Por consequência, o comércio que passava por Rio Grande fez aumentar a dinâmica industrial e marítima local, acompanhando, assim, o crescimento nacional, extensivo às novas necessidades de melhorias do contexto urbano e, particularmente, do porto do Rio Grande. Para Bresciani, “porto é passagem de roteiros, de corpos, de línguas e de costumes diversos, é por excelência, expressão de diversidade” (BRESCIANI, 1994, p. 153). Portanto, consideramos que um vetor determinante destas constatações provém do fato de o município possuir um porto.

Considerações Finais

Este artigo buscou responder à sua questão norteadora – analisar o cotidiano no município do Rio Grande, nos primeiros anos do século XX. Para tanto, abordamos a modernidade e a cotidianidade como duas faces da *Belle Époque*. Ao cotidiano, conjunto do

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

insignificante, responde e corresponde o moderno, isto é, os signos pelos quais a sociedade rio-grandina se representou e se significou. Com o intuito de refletir sobre as relações estabelecidas entre a modernidade e o cotidiano, interrogamos os fatos históricos e analisamos as três dimensões de cotidianidade em Lefebvre – família, lazer e trabalho –, utilizando, entre outras fontes de pesquisa, os álbuns de fotografias e o diário do Sr. Ruffier.

O diário e os álbuns de fotografias do Sr. Ruffier forneceram dados sobre a memória, a história e a cultura de um grupo social, permitindo a compreensão do Rio Grande dos anos 1900 a 1920 no que se refere ao cotidiano e ao urbano. Destacamos a relevância documental do material para os estudos no campo social, pois envolvem relações entre memória e identidade, narrativa e representação num determinado espaço social.

As características documentais desses objetos de memória propiciaram a análise do cotidiano e do urbano, num estreito reconhecimento da família, do trabalho e do lazer, singularizados nas imagens fotográficas e nos escritos do Sr. Ruffier, através de uma abordagem lefebvriana. Portanto, operaram a função de patrimônio simbólico que assegura um sentimento de pertencimento e de identidade, ao mesmo tempo em que nos impulsionou a pensar de modo indissociado a urbanização, a vida cotidiana, a cultura, a modernidade, a economia, as sociabilidades e o lazer.

Para finalizar, ressaltamos que o pensamento de Henri Lefebvre acerca da crítica da vida cotidiana moderna se mostra atual, uma vez que para realizar um estudo das práticas cotidianas dos sujeitos que vivenciaram a *Belle Époque* e das práticas cotidianas dos sujeitos contemporâneos é possível utilizar as mesmas categorias de análise. Asseguramos que os sujeitos atuais se assemelham em diversos aspectos dos sujeitos modernos da *Belle Époque*. Uma vez que consideramos as questões que buscaram elevar nossas reflexões sobre os dilemas humanos, reais e concretos, tais como o drama encontrado na vida cotidiana, a ambigüidade da existência, a experiência do vivido e do viver, as confrontações entre o real e o possível, argumentos permanentes que permitem a abordagem de sociedades contemporâneas.

Referências

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade:** sociabilidades e cultura no Brasil Meridional – panorama da História de Rio Grande. 2. ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella M. (org.) **Imagens da cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo:

Marco Zero, 1994.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO NETO, José Teixeira. **Moderno e pós-moderno**. Porto Alegre: LP&M, 1990.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HABERMAS, Jurgen. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CAVENACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 228.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LACOMBE, M. S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. **Programa e resumos...** Caxambu, 2007. v. 1. p. 145-172.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1958. v. 1.

_____. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche, 1961. v. 2.

_____. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor; Éditions Sociales, 1986.

LIMONAD, Ester. **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefèbvre**. Niterói: UFF; GECEL, 2003.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973. p. 3-21.

RUFFIER, Jorge. **Diário pessoal**. Rio Grande.

A vida cotidiana na *Belle Époque* do Rio Grande-RS

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil: República – da *Belle Époque* à era do rádio.** São Paulo: Companhia das Letras, v.3, 1998.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos.** São Paulo: Senac, 2008.